CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público – EDITAL Nº 01/2026

TURNO: Matutino
CARGO: Oficial Legislativo
NÍVEL MÉDIO

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem poder levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em **material transparente**, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, número de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

"Piratini é realmente um dos mais belos lugares do mundo"

– Giuseppe Garibaldi

IASPE INSTITUTO AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leia abaixo o soneto *A um poeta*, de Olavo Bilac, e depois assinale a única afirmação incorreta.

Longe do estéril turbilhão da rua,
Beneditino, escreve! No aconchego
Do claustro, no silêncio e no sossego,
Trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!

Mas que na forma se disfarce o emprego
Do esforço; e a trama viva se construa
De tal modo, que a imagem fique nua,
Rica, mas sóbria, como um templo grego.

Não se mostre na fábrica o suplício
Do mestre. E, natural, o efeito agrade,
Sem lembrar os andaimes do edifício:

Porque a Beleza, gêmea da Verdade,
Arte pura, inimiga do artifício,
É a força e a graça na simplicidade.

(A) O poema apresenta um caráter metalinguístico, pois toma a própria criação poética como tema de sua reflexão.
(B) A metáfora dos "andaimes do edifício" sugere, contextualmente, que o processo de construção da obra deve permanecer oculto, de modo que apenas o resultado final se apresente ao leitor.
(C) Uma reescrita possível, mantendo-se o sentido básico e a correção gramatical, é esta: “Distante do improdutivo tumulto das ruas, como um beneditino, escreve! No abrigo do mosteiro, na quietude e na serenidade, labora, e insiste, e aperfeiçoa, e padece, e transpira!”.
(D) Ao comparar a Beleza à Verdade, o eu lírico conclui que o valor da obra se encerra em si mesma, pois decorre de suas qualidades intrínsecas, tornando irrelevante, por mais contrassensual que possa parecer, a existência de um destinatário capaz de apreciá-la.
(E) O “Mas” que introduz a segunda estrofe não contradiz o imperativo de intenso labor formulado na primeira; introduz, antes, uma ressalva segundo a qual todo esse empenho deve desaparecer da aparência da obra, preservando apenas a impressão de naturalidade.

2. Leia este trecho inicial da famosa canção Romaria, de Renato Teixeira, e aponte a única afirmação correta.

É de sonho e de pó
O destino de um só
Feito eu perdido em pensamentos
Sobre o meu cavalo

É de laço e de nó
De gibeira, o jiló
Dessa vida
Cumprida a Sol

(A) Nos dois primeiros versos, o eu lírico fala diretamente de si mesmo, enunciando entretanto uma verdade universal e abstrata sobre a condição humana, em que “Um só” é qualquer ser humano, o homem comum, inclusive ele.
(B) Nos versos 3 e 4, o eu lírico usa a comparação “Feito eu…” (intercambiável por “Malgrado eu…”) para conectar aquela verdade universal à sua realidade individual.
(C) Tanto o sujeito oculto de “É de sonho e de pó” como o de “É de laço e de nó” têm como referente o indivíduo por trás da voz poética.
(D) O termo “a Sol”, que equivale a “debaixo de Sol”, é um adjunto adverbial de tempo, uma vez que remete ao período diurno da jornada, demarcando a duração temporal em que a lida em contexto rural é cumprida.
(E) Diante de uma vida marcada pelo cansaço físico (“cumprida a Sol”) e pelas amarguras cotidianas (“o jiló”), a esperança (“sonho”) permanece como o único contraponto capaz de sustentar a fé e dar sentido à romaria.

Texto de apoio para as questões 3 e 4.

"POR AQUI AS CASAS FALAM"
(Juarez Machado de Farias)

A coragem, sem tardança,
É luz que não se despede:
E o sonho se faz em ti.
Teu nome, Piratini,
Vai ser palácio e ser sede!

E mesmo na contradança
Dos anos que, hoje, resvalam,
Para cá viajam turistas
Que afirmam, brilhando as vistas:
"Por aqui as casas falam!"

(Fonte: https://juarezmachadodefarias.blogspot.com/2014/06/por-aqui-as-casas-falam-piratini-pelas.html)

3. Com base nos elementos do poema, assinale a alternativa que atende plenamente à norma-padrão no tocante às regras

De regência verbal/nominal.

(A) A referência à coragem expressa pelo poeta vincula-se à um ideal que se faz presente em Piratini.
(B) Os turistas mostram-se dispostos à contemplar a arquitetura local e a atentar à aspectos do passado.
(C) A ideia de que as casas falam remete à preservação histórica e à memória das lutas Farroupilhas.
(D) A cidade de Piratini equivalia à palácio e à sede do governo republicano durante o conflito.
(E) Ao chegarem à Piratini, os visitantes prestam homenagem à essa terra de heróis do passado.

4. Com base na estrutura mórfica, nos processos de formação e na flexão dos vocábulos "**contradança**", "**cá**" e "**vistas**" presentes no poema, assinale a alternativa correta:

(A) O vocábulo "contradança" é formado pelo processo de composição por aglutinação, visto que a fusão entre o prefixo contra- e o substantivo dança acarretou a perda de elementos fonéticos do radical original.

(B) A palavra "cá" classifica-se morfologicamente como um advérbio de lugar primitivo e tônico, atuando no contexto como um vocábulo monossílabo indeclinável.

(C) O termo "vistas" é uma forma verbal no particípio do verbo ver, atuando no poema como um adjetivo flexionado no feminino plural que concorda com o substantivo oculto "casas".

(D) O prefixo contra- em "contradança" possui o mesmo valor morfossenso de intensidade observado no vocábulo "contravir".

(E) O substantivo "vistas" é uma palavra primitiva que não possui marca de desinência nominal de número, sendo o -s final parte integrante de seu radical morfológico.

5. Assinale a frase em que o termo em destaque funciona como artigo definido:

(A) Ele não **a** encontrou na biblioteca ontem.
(B) Não dei atenção **a** boatos sem fundamento.
(C) Entregou o envelope **a** uma funcionária da recepção.
(D) Esta é **a** decisão final tomada pela diretoria.
(E) A proposta era boa, mas ninguém **a** aceitou.

6. Considere o termo em destaque no período abaixo:

"O projeto apresentava excelente viabilidade técnica, ***contudo*** *não obteve a aprovação orçamentária necessária."*

No contexto em que está empregada, a palavra destacada classifica-se como conjunção:

(A) adversativa.

(B) conclusiva.

(C) explicativa.

(D) concessiva.

(E) proporcional.

7. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase abaixo, segundo a norma-padrão de regência e do emprego do sinal indicativo de crase:

"O relatório elaborado pelo comitê aludia _____ mesmas falhas operacionais e visava _____ correção imediata dos procedimentos, informando _____ diretoria sobre as mudanças."

(A) a – à – à

(B) às – a – a

(C) às – à – a

(D) a – a – à

(E) às – à – à

8. De acordo com a norma-padrão e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

(A) mecha – encharcar – jiboia – berinjela

(B) mecha – enxarcar – giboia – berinjela

(C) meixa – encharcar – jiboia – beringela

(D) mecha – enxarcar – jiboia – beringela

(E) meixa – encharcar – giboia – berinjela

9. Considerando as regras oficiais de acentuação gráfica vigentes na Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que o vocábulo recebe acento gráfico pelo mesmo preceito gramatical que justifica o acento em **"**construído**"**:

(A) heroico

(B) cafeína

(C) vírus

(D) biquíni

(E) tuiuiú

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta:

(A) Devem haver muitos fatores determinantes que impeçam o avanço das negociações do setor.

(B) Tratam-se de propostas inovadoras que visam à reestruturação completa da empresa.

(C) Fazem cinco anos que os novos métodos de auditoria foram implantados no departamento.

(D) A maioria dos servidores públicos federais votou contra a paralisação ontem à noite, e nenhum deles retiraram suas queixas formais.

(E) Mais de um analista e mais de um perito contestaram o laudo apresentado pelo comitê.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Para renovar o mobiliário do Plenário, a Câmara Municipal realizou uma licitação com orçamento inicial estimado em R$ 80.000,00. Na fase de lances, a empresa vencedora concedeu um desconto inicial de 15% sobre o valor orçado. No momento da assinatura do contrato, em razão do pagamento à vista, foi aplicado um desconto adicional de 10% sobre o novo valor obtido.

Nessas condições, o valor final pago pelo mobiliário foi de:

(A) R$ 61.200,00

(B) R$ 60.000,00

(C) R$ 62.400,00

(D) R$ 68.000,00

(E) R$ 70.000,00

12. Considere verdadeira a seguinte declaração feita por um técnico da Defesa Civil estadual sobre as condições climáticas e operacionais na região da Campanha gaúcha:

"Se chove torrencialmente em Piratini, então o nível do Arroio Piratini sobe e a ponte de acesso é interditada."

A negação lógica dessa afirmação é dada por:

(A) Chove torrencialmente em Piratini e o nível do Arroio Piratini não sobe ou a ponte de acesso não é interditada.

(B) Se não chove torrencialmente em Piratini, então o nível do Arroio Piratini não sobe ou a ponte de acesso não é interditada.

(C) Não chove torrencialmente em Piratini e o nível do Arroio Piratini não sobe e a ponte de acesso não é interditada.

(D) Se o nível do Arroio Piratini não sobe ou a ponte de acesso não é interditada, então não chove torrencialmente em Piratini.

(E) Chove torrencialmente em Piratini e o nível do Arroio Piratini não sobe e a ponte de acesso não é interditada.

13. Em uma situação hipotética, um empréstimo de R$ 2.000,00 foi concedido pelo Banrisul a um servidor da câmara municipal de Piratini – RS sob o regime de juros simples, com taxa de 2% ao mês, para ser quitado em um único pagamento após 5 meses.

O valor total dos juros gerados por esse empréstimo é de:

(A) R$ 100,00

(B) R$ 200,00

(C) R$ 400,00

(D) R$ 2.100,00

(E) R$ 2.200,00

14. No setor de protocolo da Câmara Municipal, o chefe da unidade expediu a seguinte instrução de serviço para o atendimento aos cidadãos:

"Se o requerimento estiver com a documentação completa, então o protocolo é realizado de imediato."

Do ponto de vista da lógica proposicional, uma afirmação que é logicamente equivalente a essa instrução é:

(A) Se o protocolo não é realizado de imediato, então o requerimento não está com a documentação completa.

(B) Se o requerimento não estiver com a documentação completa, então o protocolo não é realizado de imediato.

(C) Se o protocolo é realizado de imediato, então o requerimento está com a documentação completa.

(D) O requerimento está com a documentação completa e o protocolo não é realizado de imediato.

(E) O requerimento não está com a documentação completa e o protocolo não é realizado de imediato.

15. Para a digitalização e catalogação do acervo de projetos de lei arquivados na Câmara Municipal, 4 Oficiais Legislativos, trabalhando 6 horas por dia, digitalizam 480 processos em 8 dias de trabalho. Com o objetivo de acelerar a implantação do sistema eletrônico, a diretoria designou mais 2 Oficiais de mesma produtividade para a equipe e aumentou a jornada diária de todos para 8 horas.

Nessas novas condições operacionais, o número de dias necessários para que essa equipe digitalize 960 processos é igual a:

(A) 6 dias.

(B) 8 dias.

(C) 9 dias.

(D) 10 dias.

(E) 12 dias.

INFORMÁTICA

16. No contexto da arquitetura de computadores, assinale a alternativa que diferencia corretamente a função do hardware em relação ao software.

(A) O hardware atua como a camada de dados que armazena permanentemente os sistemas operacionais e aplicativos em execução.

(B) O hardware compreende os componentes físicos que executam as instruções lógicas fornecidas pelo software.

(C) O software é responsável exclusivamente pelo gerenciamento do fornecimento de energia elétrica aos circuitos integrados.

(D) O hardware refere-se aos protocolos de rede que permitem a comunicação entre dispositivos remotos.

(E) O software compreende os componentes físicos que executam as instruções lógicas fornecidas pelo software.

17. Em um órgão público, o administrador de redes identificou que uma estação de trabalho estava realizando requisições suspeitas para endereços externos desconhecidos e, simultaneamente, um software malicioso oculto registrava as teclas digitadas pelo usuário para capturar credenciais. Assinale a alternativa que indica corretamente a atuação combinada e o papel técnico adequado de cada mecanismo de proteção (Firewall, Antivírus e Anti-spyware) diante desse cenário:

(A) O Antivírus moderno atua exclusivamente como um filtro de pacotes de borda, tornando o uso de Firewalls redundante em estações de trabalho de usuários finais.

(B) O Firewall e o Anti-spyware realizam a mesma função de criptografia de ponta a ponta, diferenciando-se apenas pelo fato de o primeiro operar via hardware e o segundo via software.

(C) O Firewall é responsável por inspecionar a memória RAM em busca de assinaturas de keyloggers, enquanto o Antivírus bloqueia portas físicas e lógicas desnecessárias para impedir a exfiltração de dados.

(D) O Anti-spyware atua bloqueando pacotes IP maliciosos na camada de enlace e rede, substituindo a necessidade de um Firewall corporativo em ambientes de alta criticidade.

(E) O Firewall atua na camada de transporte e rede controlando o fluxo de conexões de entrada e saída, enquanto o Antivírus e o Anti-spyware examinam arquivos estáticos e comportamentos em tempo de execução para identificar e neutralizar códigos maliciosos e registradores de pulsação de teclas.

18. Durante a edição de um documento no Microsoft Word e, posteriormente, de uma apresentação no Microsoft PowerPoint, um usuário deseja utilizar atalhos de teclado para agilizar seu trabalho. Ele precisa executar as seguintes ações:

- **No Word**: Inserir uma quebra de página manual para iniciar um novo capítulo.
- **No PowerPoint**: Iniciar a apresentação de slides a partir do slide atual.

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, os atalhos para realizar essas duas ações no ambiente Windows:

(A) Ctrl + Enter e F5

(B) Ctrl + Shift + Enter e Shift + F5

(C) Ctrl + Enter e Shift + F5

(D) Ctrl + Shift + Enter e F5

(E) Ctrl + Alt + Enter e Alt + F5

19. No Microsoft Word (versão em português para Windows), ao redigir um relatório oficial, um servidor deseja centralizar um título selecionado utilizando as teclas de atalho do teclado.

O atalho padrão responsável por essa ação de alinhamento de texto é:

(A) Ctrl + C

(B) Ctrl + J

(C) Ctrl + L

(D) Ctrl + T

(E) Ctrl + E

20. Um servidor da Câmara Municipal recebeu um e-mail que aparentava ter sido enviado pelo departamento de recursos humanos do órgão. A mensagem solicitava a atualização cadastral urgente por meio de um *link* que direcionava a uma página clonada, com o objetivo de capturar a senha de acesso do usuário.

Esse tipo de ataque cibernético é denominado:

(A) Ransomware

(B) Spyware

(C) Defacement

(D) Phishing

(E) Denial of Service (DoS)

LEGISLAÇÃO

21. Em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Piratini/RS sobre o Processo Legislativo, a requerimento de Vereadores, os projetos de lei serão incluídos na Ordem do Dia, mesmo sem parecer das comissões técnicas, após decorridos:

(A) 15 (quinze) dias de seu recebimento.

(B) 30 (trinta) dias de seu recebimento.

(C) 45 (quarenta e cinco) dias de sua leitura no expediente.

(D) 60 (sessenta) dias de sua distribuição ao relator.

(E) 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

22. Com base na Lei Orgânica do Município de Piratini/RS a respeito da tramitação dos projetos de lei e das deliberações das comissões, é correto afirmar que o projeto de lei:

(A) com parecer contrário de todas as comissões é tido como automaticamente rejeitado.

(B) incluído na Ordem do Dia pode ser retirado por decisão unilateral e discricionária do Presidente.

(C) de iniciativa popular deve ser subscrito por, no mínimo, dez por cento do eleitorado local.

(D) vetado pelo Prefeito somente será arquivado após rejeição pela maioria absoluta dos eleitores.

(E) rejeitado em Plenário poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa mediante voto de um terço da Casa.

23. De acordo com o regime instituído pela Lei Municipal nº 424/2002 de Piratini/RS, após formalizado o ato de posse em cargo público de provimento efetivo, o prazo legal para o servidor entrar em efetivo exercício é de:

(A) 3 (três) dias.

(B) 5 (cinco) dias.

(C) 10 (dez) dias.

(D) 15 (quinze) dias.

(E) 30 (trinta) dias.

24. Conforme o art. 29 da Lei Municipal nº 424/2002, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com o ressarcimento de todas as vantagens, denomina-se:

(A) recondução.

(B) readaptação.

(C) reversão.

(D) aproveitamento.

(E) reintegração.

25. Um servidor público estável do Município de Piratini/RS teve sua demissão anulada por decisão judicial transitada em julgado. Ocorre que o cargo originário desse servidor encontrava-se legalmente ocupado por outro servidor público estável, que havia sido nomeado por aprovação em novo concurso.

Em estrita consonância com o parágrafo único do art. 29 da Lei Municipal nº 424/2002, inexistindo vaga disponível para lotação imediata, o servidor que vinha ocupando o cargo deverá ser:

(A) exonerado *ex officio*, com direito à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

(B) mantido no cargo como excedente, transferindo-se o servidor reintegrado para disponibilidade remunerada.

(C) reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

(D) demitido por conveniência da Administração, assegurada pensão indenizatória proporcional ao tempo de serviço.

(E) compulsoriamente aposentado com proventos integrais, ressalvada a opção expressa pela renúncia ao cargo.

26. A Mesa é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara Municipal de Piratini/RS e compete a ela, exceto:

(A) Administrar a Câmara Municipal.

(B) Promulgar as emendas da Lei Orgânica.

(C) Propor, a cada ano, o orçamento da Câmara para o ano seguinte, encaminhando-o ao Executivo em tempo hábil, bem como a abertura de créditos adicionais dentro do exercício em relação às dotações do Legislativo.

(D) Organizar a Ordem do Dia.

(E) Cumprir as decisões emanadas do Plenário.

27. Analise as alternativas abaixo, e assinale a opção correta de acordo com os dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini – RS:

(A) Compete ao Presidente da Câmara quanto as atividades do Plenário: encaminhar ao Prefeito, em dois (02) dias úteis, os Projetos que tenham sido aprovados.

(B) Todos os membros de comissão que participarem da deliberação não poderão assinar o parecer, indicando o seu voto.

(C) Compete ao 1º Secretário substituir o Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos.

(D) O Presidente da Câmara poderá fazm parte de comissão permanente, ou de inquérito.

(E) A renúncia do Vereador far-se-á por oficio dirigido ao seu Partido Político, e será aceita sem votação desde que seja lido em sessão pública e conste na ata

28. Em razão de dificuldades financeiras momentâneas, determinada empresa concessionária de serviços públicos celebrou Acordo Coletivo de Trabalho com o respectivo sindicato laboral, estipulando uma redução salarial temporária de 15% para os seus empregados, assegurada a manutenção provisória dos postos de trabalho.

Paralelamente, para adequar as rotinas financeiras internas, a direção da empresa fixou, por determinação unilateral, as seguintes medidas:

I. Os empregados remunerados exclusivamente à base de comissões sobre vendas receberão, nos meses de baixo rendimento, estritamente a soma das comissões apuradas, ainda que o valor total final resulte inferior ao salário mínimo nacional.

II. A empresa deixará de pagar intencionalmente os salários devidos aos trabalhadores de determinado setor com o propósito deliberado de forçá-los a pedir rescisão do contrato de trabalho.

Considerando o regramento expresso dos direitos sociais fundamentais no art. 7º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

(A) A redução salarial pactuada é inválida, pois a irredutibilidade do salário é direito individual absoluto infenso a qualquer flexibilização por negociação coletiva.

(B) O pagamento de remuneração inferior ao salário mínimo aos comissionistas é constitucionalmente legítimo, desde que decorrente de oscilação natural do mercado.

(C) A Carta Magna veda a negociação coletiva sobre valor de salário, mas tolera a retenção salarial unilateral como exercício regular do poder diretivo patronal em períodos de crise.

(D) A redução salarial pactuada em acordo coletivo é constitucionalmente admitida, ao passo que a conduta de retenção dolosa do salário é qualificada expressamente pela Constituição Federal como crime.

(E) Os trabalhadores com remuneração variável não possuem garantia de piso remuneratório mensal estabelecida diretamente no texto da Constituição Federal.

29. No encerramento do exercício financeiro, a Mesa Diretora de determinada Câmara Municipal apurou que as despesas com a folha de pagamento do Legislativo atingiram 74% do total da receita da Casa. Na composição desse montante, o órgão contábil verificou que 55% corresponderam à remuneração dos servidores do quadro efetivo e comissionado e 19% foram destinados ao pagamento dos subsídios dos Vereadores.

Considerando as normas orçamentárias expressas no art. 29-A da Constituição Federal de 1988, a situação descrita caracteriza:

(A) descumprimento do limite constitucional, configurando a conduta do Presidente da Câmara Municipal crime de responsabilidade.

(B) cumprimento regular da norma constitucional, pois o teto de 70% aplica-se com exclusividade à remuneração dos servidores do quadro funcional, excluindo-se o subsídio dos parlamentares.

(C) infração sanável de imediato por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo, a quem compete suplementar a dotação orçamentária para rebaixar o índice proporcional da folha.

(D) descumprimento do limite constitucional, ensejando a extinção automática e sumária dos mandatos de todos os membros que integram a Mesa Diretora.

(E) cumprimento regular da norma constitucional, desde que a despesa total da Câmara não tenha ultrapassado o percentual fixado para o repasse de recursos pelo Executivo.

30. No que tange à fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos Municípios, segundo o art. 31 da Constituição Federal, o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito:

(A) só deixará de prevalecer por deliberação de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

(B) vincula de forma absoluta o julgamento da Câmara, salvo em caso de anulação por decisão judicial transitada em julgado.

(C) prevalece automaticamente se não for apreciado pela maioria absoluta do Legislativo em até sessenta dias.

(D) possui caráter meramente opinativo, sendo rejeitado pelo voto da maioria simples dos presentes na sessão de julgamento.

(E) submete-se à homologação prévia do Poder Executivo, que poderá vetá-lo antes de seu envio à apreciação popular.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O presidente de uma Câmara Municipal autorizou a confecção de cartilhas informativas sobre as atividades do Poder Legislativo local, custeadas com recursos públicos. No entanto, exigiu a inclusão, na capa e nas páginas centrais, de sua fotografia em destaque, do slogan oficial de sua campanha eleitoral e de seu nome completo grafado em letras garrafais.

Nessa situação hipotética, a conduta do agente público afrontou diretamente o princípio constitucional expresso da:

(A) Publicidade.

(B) Legalidade estrita.

(C) Eficiência.

(D) Impessoalidade.

(E) Supremacia do interesse público.

32. No que concerne aos princípios expressos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

(A) A moralidade administrativa constitui pressuposto autônomo de validade do ato estatal, de modo que a conduta administrativa pode ser formalmente compatível com o texto legal e, ainda assim, ser passível de anulação por vício insanável de imoralidade.

(B) O princípio da legalidade impõe à Administração Pública a observância exclusiva da lei em sentido estrito, sendo vedado ao administrador pautar sua conduta em atos normativos secundários, decretos regulamentares ou princípios jurídicos.

(C) O princípio da publicidade opera com eficácia absoluta no ordenamento constitucional brasileiro, razão pela qual qualquer ato administrativo praticado sob cláusula de sigilo ou reserva é considerado nulo de pleno direito.

(D) A impessoalidade restringe-se exclusivamente ao dever de tratamento isonômico conferido aos administrados, não guardando relação conceitual com a vedação de promoção pessoal ou com a imputação dos atos aos órgãos e entidades estatais.

(E) O princípio da eficiência, introduzido no texto constitucional pela Emenda Constitucional nº 19/1998, possui natureza exclusivamente gerencial e desprovida de eficácia jurídica, não ensejando o dever funcional de produtividade nem vinculando a avaliação de desempenho dos servidores públicos.

33. Sobre o tema – poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

(A) O poder de polícia administrativa incide precipuamente sobre pessoas em virtude de vínculo jurídico específico com o Estado, aplicando sanções de natureza funcional.

(B) O poder disciplinar caracteriza-se por sua discricionariedade absoluta, cabendo ao superior hierárquico aplicar punições por critérios de conveniência, sem necessidade de motivação.

(C) O poder regulamentar (ou normativo) confere ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de editar atos gerais e abstratos para a fiel execução da lei, vedada a inovação primária na ordem jurídica.

(D) O poder hierárquico manifesta-se de forma idêntica e irrestrita entre a Administração Direta e as pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta.

(E) O excesso de poder e o desvio de finalidade constituem espécies do abuso de poder, operando o desvio de finalidade quando o agente atua fora dos limites de sua competência legal.

34. Acerca dos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa que indica aquele que impõe a obrigação de observância e cumprimento do ato ao particular, independentemente de sua concordância:

(A) Imperatividade.

(B) Tipicidade.

(C) Autoexecutoriedade.

(D) Presunção de legitimidade.

(E) Motivação.

35. No tocante à teoria das nulidades, aos vícios e à convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

(A) O vício de competência em razão da matéria constitui defeito sanável, admitindo convalidação pela autoridade originariamente competente desde que não haja prejuízo a terceiros.

(B) O desvio de finalidade constitui vício insanável do ato administrativo, sendo insuscetível de convalidação por parte da Administração Pública.

(C) A convalidação opera com eficácia exclusivamente prospectiva (*ex nunc*), passando o ato a produzir seus efeitos jurídicos a partir da data do ato convalidatório.

(D) O vício de forma é sempre convalidável, mesmo nas hipóteses em que a solenidade é exigida expressamente pela lei como requisito essencial à validade do ato.

(E) A declaração de nulidade do ato administrativo por vício insanável opera efeitos prospectivos (*ex nunc*), assegurando a manutenção definitiva de todas as vantagens auferidas pelo particular de má-fé.

36. Acerca dos mecanismos de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

(A) O controle legislativo restringe-se exclusivamente aos aspectos contábeis e financeiros, não alcançando o julgamento de atos políticos ou a fiscalização da atuação de órgãos do Poder Executivo.

(B) A autotutela administrativa autoriza a Administração Pública a revogar seus próprios atos discricionários por razões de ilegalidade, com eficácia retroativa (*ex tunc*).

(C) O controle exercido pelos Tribunais de Contas configura controle judicial externo, cujas decisões que resultem em imputação de débito ou multa dependem de homologação judicial prévia para constituir título executivo.

(D) O controle prévio manifesta-se unicamente por meio de auditorias operacionais e de inspeções *a posteriori* realizadas após a celebração e a execução total do contrato administrativo.

(E) O controle judicial sobre os atos administrativos circunscreve-se à análise da legalidade e da legitimidade, sendo vedado ao Poder Judiciário revogar atos discricionários da Administração sob critérios de conveniência e oportunidade.

37. Levando em conta o regime jurídico e à classificação dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

(A) Os bens públicos dominicais são inalienáveis e imprescritíveis enquanto mantiverem essa qualificação.

(B) A afetação de um bem público pode ocorrer por ato administrativo, mas sua desafetação exige lei formal.

(C) Os bens imóveis de uso especial admitem alienação, desde que precedida de desafetação e autorização legal.

(D) Os bens públicos dominicais podem ser objeto de usucapião ordinária após posse mansa e pacífica decenal.

(E) O não uso prolongado de um bem de uso comum do povo opera sua desafetação tácita imediata.

38. Com base nas disposições do *Manual de Redação da Presidência da República* (3ª edição) acerca da uniformização dos expedientes oficiais sob o denominado padrão ofício, assinale a alternativa correta:

(A) A distinção entre aviso e memorando permanece vigente quanto à forma e diagramação, unificando-se apenas o conteúdo material dos expedientes.

(B) O aviso manteve-se como expediente exclusivo para a comunicação entre Ministros de Estado e autoridades estrangeiras de mesma hierarquia.

(C) As comunicações eminentemente internas entre unidades administrativas de um mesmo órgão continuam recebendo a denominação obrigatória de memorando.

(D) A nomenclatura e a diagramação dos antigos aviso, ofício e memorando foram unificadas, passando o termo "ofício" a ser adotado nas três hipóteses de comunicação.

(E) O termo ofício passou a ser privativo das autoridades detentoras de mandato eletivo, reservando-se o padrão aviso para os demais órgãos públicos.

39. Com base no *Manual de Redação da Presidência da República* (3ª edição), assinale a alternativa correta:

(A) O cabeçalho com o brasão de armas e a identificação do órgão emissor é obrigatório em todas as páginas do expediente oficial.

(B) O campo de identificação do signatário deve conter exclusivamente o seu cargo público, sendo expressamente vedada a grafia do nome do emitente para preservar a impessoalidade.

(C) O fecho das comunicações oficiais passou a admitir saudações de cortesia personalizadas pelo emissor, dispensando fórmulas padronizadas.

(D) O local e a data devem constar no rodapé do documento, imediatamente abaixo do bloco de assinatura do signatário.

(E) A identificação do expediente é composta pelo tipo do documento, número de ordem, ano e pela sigla do órgão emitente alinhados à esquerda.

40. De acordo com as normas de simplificação e padronização estabelecidas pelo *Manual de Redação da Presidência da República* para o fecho das comunicações oficiais, assinale a alternativa correta:

(A) O fecho "Respeitosamente," é empregado para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.

(B) O fecho "Atenciosamente," é reservado exclusivamente para comunicações endereçadas ao Presidente da República.

(C) Admite-se a utilização facultativa de expressões como "Com os mais cordiais cumprimentos," em comunicações internas.

(D) Estabeleceu-se o emprego de três padrões distintos de fecho, diferenciados pela vinculação hierárquica e pelo órgão expedidor.

(E) O fecho "Respeitosamente," destina-se a autoridades de hierarquia superior à do remetente, inclusive o Chefe do Poder Executivo.

41. No âmbito da teoria das três idades e da gestão documental, em relação aos documentos que compõem a primeira idade, assinale a alternativa correta:

(A) Possuem valor secundário predominante, ensejando conservação definitiva nas próprias unidades setoriais.

(B) Podem ser eliminados ou destinados à guarda permanente sem transitar necessariamente pela fase intermediária.

(C) São passíveis de eliminação discricionária no setor de trabalho, dispensada a aprovação de tabela de temporalidade.

(D) São transferidos a essa fase somente após o esgotamento total de seus prazos prescricionais e de vigência legal.

(E) Submetem-se obrigatoriamente à consulta pública irrestrita por deterem valor histórico probatório presumido.

42. Nos termos do art. 8º da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), falecendo o agente público que causou dano ao erário ou que se enriqueceu ilicitamente, o seu sucessor ou herdeiro:

(A) Submete-se à integralidade das sanções cominadas na lei, inclusive à perda dos direitos políticos.

(B) Responde solidariamente com seu patrimônio pessoal preexistente pelo valor total do prejuízo apurado.

(C) Fica isento de qualquer obrigação pecuniária, extinguindo-se a responsabilidade civil com o óbito do causador do dano.

(D) Fica sujeito apenas à obrigação de reparar o dano, até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(E) Submete-se exclusivamente à penalidade de multa civil, limitada a duas vezes o valor da herança transmitida.

43. Conforme a Lei nº 8.429/1992, a posse e o exercício de qualquer agente público ficam condicionados à:

(A) Comprovação de inexistência de débitos fiscais mediante certidão negativa expedida pela Fazenda Pública federal.

(B) Apresentação de declaração de bens e valores elaborada de próprio punho com firma reconhecida em cartório.

(C) Renúncia expressa ao sigilo bancário em favor do órgão de controle interno e do Ministério Público estadual.

(D) Apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza apresentada à Receita Federal do Brasil.

(E) Comprovação de quitação integral com as obrigações eleitorais e com o serviço militar obrigatório perante a junta local.

44. Nos termos do Código Penal, o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o crime de:

(A) corrupção passiva.

(B) concussão.

(C) prevaricação.

(D) advocacia administrativa.

(E) condescendência criminosa.

45. Nos termos do art. 325 do Código Penal, o funcionário público que revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilita-lhe a revelação, comete o crime de:

(A) advocacia administrativa.

(B) prevaricação.

(C) condescendência criminosa.

(D) inserção de dados falsos em sistema de informações.

(E) violação de sigilo funcional.

46. Nos termos do art. 6º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a proteção da informação, o que compreende a garantia de sua:

(A) disponibilidade, autenticidade e integridade.

(B) publicidade irrestrita, tempestividade e imutabilidade.

(C) pessoalidade, confidencialidade e irretratabilidade.

(D) gratuidade, legalidade e anterioridade.

(E) interoperabilidade, economicidade e perenidade.

47. Em estrita conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini/RS, a eleição da Mesa Diretora e o preenchimento de seus cargos vagos obedecerão ao seguinte regramento:

(A) Far-se-á por maioria absoluta dos membros e escrutínio aberto e nominal.

(B) Far-se-á por maioria qualificada de dois terços, sendo vedada a reeleição do Presidente.

(C) Far-se-á por maioria simples e escrutínio secreto, sendo permitida ao Presidente uma reeleição na mesma legislatura.

(D) Far-se-á por maioria relativa e votação simbólica, permitida a recondução ilimitada do Presidente.

(E) Far-se-á por aclamação unânime dos presentes, admitindo-se reeleição apenas para mandatos em legislaturas distintas.

48. Consoante ainda sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini/RS, a Presidência da sessão solene de instalação da legislatura será assumida pelo:

(A) mais idoso entre os Vereadores presentes, que secretariará os trabalhos pessoalmente.

(B) Presidente da legislatura anterior, desde que tenha sido reeleito para o mandato subsequente.

(C) mais votado dos Vereadores presentes, que designará um de seus pares para os trabalhos.

(D) Vereador com maior número de mandatos consecutivos na Casa, assistido pelo Diretor Legislativo.

(E) mais jovem entre os diplomados, que escolherá dois secretários dentre as maiores bancadas.

49. Durante uma acalorada discussão no Plenário da Câmara Municipal de Piratini/RS, determinado Vereador passa a desacatar a Mesa e a proferir ofensas verbais no recinto, configurando conduta caracterizada pelo Regimento Interno como excesso sujeito à repressão imediata. Diante da persistência do tumulto, a Presidência decide aplicar sanções regimentais para restabelecer a ordem dos trabalhos.

Considerando expressamente o rol de sanções cabíveis nessa hipótese segundo o Regimento Interno, assinale a alternativa que indica uma medida que a Presidência pode aplicar de imediato ao parlamentar:

(A) Suspensão cautelar do exercício do mandato por até trinta dias.

(B) Perda definitiva de vaga nas comissões permanentes de que faça parte.

(C) Imposição sumária de desconto pecuniário de metade do subsídio mensal.

(D) Encaminhamento obrigatório de denúncia de ofício à comissão de ética.

(E) Cassação da palavra pelo cometimento de excesso no recinto.

50. A teor do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratini/RS, em seu art. 30 – no que concerne às Comissões temporárias, é correto afirmar que:

(A) serão compostas, no mínimo, de três membros, exceto quando se tratar de representação externa.

(B) são constituídas, no mínimo, por cinco membros em qualquer hipótese de atuação.

(C) destinam-se exclusivamente à análise prévia e obrigatória da constitucionalidade das leis.

(D) possuem composição livre fixada pelo Presidente, vedada a designação de representação externa.

(E) exigem número mínimo par de integrantes, no caso 4 membros no mínimo, assegurada a representação de todas as bancadas.

Realização:

IASPE
INSTITUTO
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E
PROMOÇÃO DE EVENTOS